



OS LGBT E O PONTIFICADO DE FRANCISCO

The LGBT community and Pope Francis' Pontificate

Luis Corrêa Lima *

RESUMO: A visibilização da população LGBT e sua luta por cidadania traz grandes desafios à teologia e à pastoral. As características desta população e os problemas que a afligem interpelam a reflexão e a solidariedade. A conquista de seus novos direitos na sociedade se dá também com a colaboração de muitos cristãos, nem sempre com o apoio de suas igrejas. No ensinamento da Igreja Católica, há aberturas e resistências tanto em nível universal quanto nas conferências episcopais. A renovação no pontificado de Francisco se faz com abertura pastoral, novos enfoques doutrinários, gestos ousados e o desencadeamento de novos processos, como a preparação e a realização do Sínodo dos Bispos sobre a família, e a exortação aos teólogos a se lançarem nas questões de fronteira e assumirem os conflitos que afetam a todos. Isto incide na relação com os LGBT, impulsionando a novas interpretações da Bíblia, da lei natural e dos estudos de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: LGBT. Sínodo dos Bispos. Bíblia. Lei natural. Estudos de gênero.

ABSTRACT: The growing visibility of LGBT people and their struggle for citizenship is bringing great challenges to theology and pastoral action. The characteristics of this population and their problems call for reflection and solidarity. The conquest of their new rights in society has the collaboration of many Christians, but not always with the support of their churches. In the teaching of the Catholic Church, there are openings and resistance both at the universal level and in the episcopal conferences. The renewal in Pope Francis' pontificate is producing pastoral initiatives, new doctrinal approaches, bold gestures, and triggering new processes, such

* Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Artigo submetido a avaliação em 03.01.2016 e aprovado para publicação em 29.02.2016.

as the preparation and implementation of the Synod of Bishops on the family, and the exhortation to theologians to deal with borderline issues and treat the conflicts that affect everyone. This has an impact on the relationship with the LGBT community, leading to new interpretations of the Bible, natural law, and gender studies.

KEYWORDS: LGBT. Synod of Bishops. Bible. Natural law. Gender studies.

Quando o papa Francisco retornou do Brasil a Roma, em 2013, disse algo que teve muita repercussão: “Se uma pessoa é gay, procura o Senhor e tem boa vontade, quem sou eu para a julgar? [...] Não se devem marginalizar estas pessoas por isso” (FRANCISCO, 2013b). Esta declaração era inédita na boca de um papa e teve desdobramentos. Nesse mesmo ano, ele convocou o Sínodo dos Bispos para tratar da família e seus desafios atuais. No questionário preparatório do Sínodo, enviado a todas as dioceses do mundo, perguntava-se que atenção pastoral se pode dar às pessoas que escolheram viver em uniões do mesmo sexo e, caso adotem crianças, o que fazer para lhes transmitir a fé (SÍNODO, 2013).

Fica bem claro que o papa impulsiona a Igreja Católica a viver um tempo de renovação pastoral. Ele a convoca a ir às “periferias existenciais”, ao encontro dos que sofrem com as diversas formas de injustiças, conflitos e carências. É preciso abrir-se à novidade que Deus traz à nossa vida, que nos realiza e nos dá a verdadeira alegria e serenidade, porque Deus nos ama e quer apenas o nosso bem. Francisco critica uma Igreja ensimesmada, entrincheirada em “estruturas caducas incapazes de acolhimento” e fechada aos novos caminhos que Deus lhe apresenta. Para ele, a ação do Espírito Santo ergue o olhar dos fiéis para o horizonte, impelindo-os a essas periferias (FRANCISCO, 2013a).

A solicitude pastoral da Igreja também deve contemplar os LGBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais¹), pois um dos sinais mais notáveis do mundo atual é a visibilização desta população. No passado, por muitos séculos estas pessoas eram consideradas praticantes de abominações passíveis de punição severa. Depois, foram vistas como doentes ou portadores de distúrbios e transtornos. Por muitas décadas, pessoas homossexuais eram internadas em sanatórios. Chegou-se até mesmo ao

¹ Travestis são pessoas que vivenciam papéis femininos, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres. Transexuais são pessoas que não se identificam com o sexo que lhes é atribuído ao nascerem, e sim o outro sexo. Pode haver homem transexual, que reivindica o reconhecimento social e legal como homem, e mulher transexual, que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. Sobre esta terminologia, conferir: JESUS, 2012.

uso de choque elétrico no tratamento médico destas pessoas. Muitos deles viviam no anonimato ou à margem da sociedade. Vários gays e lésbicas se escondiam no casamento tradicional, formado pela união heterossexual. Alguns formavam guetos, espaços de convivência bastante reservados, como forma de se protegerem.

Hoje os LGBT fazem grandes paradas, estão presentes em filmes, telenovelas, empresas e outras instituições, buscam reconhecimento, exigem respeito e os mesmos direitos e deveres dos demais cidadãos. Esta população está em toda parte. Quem não faz parte dela, tem parentes próximos ou distantes que fazem, velada ou manifestamente, bem como vizinhos ou colegas de trabalho.

A visibilização da diversidade sexual também manifesta os problemas que afligem as pessoas. Há uma forte aversão a homossexuais, a homofobia; e a travestis e transexuais, a transfobia. Esta aversão produz diversas formas de violência física, verbal e simbólica contra estas pessoas. Há pais de família que já disseram: “prefiro um filho morto a um filho gay”. Entre os palavrões mais ofensivos que existem, constam a referência à condição homossexual e a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo. No Brasil e em muitos países são frequentes os homicídios, sobretudo de travestis. Há também o suicídio de muitos adolescentes que se descobrem gays ou lésbicas, e mesmo de adultos. Eles chegam a esta atitude extrema por pressentirem a rejeição hostil da própria família e da sociedade. Tal hostilidade gera inúmeras formas de discriminação e, mesmo que não leve à morte, traz frequentemente tristeza profunda ou depressão.

O padre Júlio Lancellotti trabalha em São Paulo, SP, com a população de rua. Ele relata a situação dramática que encontra:

Na missão pastoral tenho conversado com vários LGBTs que estão pelas ruas da cidade, alguns doentes, feridos, abandonados. Muitos relatam histórias de violência, abuso, assédio, torturas e crueldades. Alguns contam como foram expulsos das igrejas e comunidades cristãs, rejeitados pelas famílias em nome da moral. Testemunhei lágrimas, feridas, sangue e fome. Impossível não reconhecer neles a presença do Senhor Crucificado (LANCELLOTTI, 2015)!

Há também muitos LGBT na Igreja Católica. São pessoas que nasceram e foram criadas neste ambiente, têm fé, e em certo momento tiveram clareza sobre esta condição. Vários deles participam ativamente de suas comunidades, mas não poucos se afastaram e se afastam por se depararem com incompreensão e hostilidade. É preciso que eles encontrem fiéis e ministros religiosos sensíveis às suas feridas e dificuldades, e também aos seus talentos e potencialidades. Não há dúvida de que esta realidade faz parte das periferias existências apontadas pelo papa.

1 A conquista de novos direitos e a colaboração dos cristãos

Nas últimas décadas, a mobilização dos LGBT em vários países trouxe mudanças consideráveis. A Organização Mundial da Saúde retirou a homossexualidade da lista de doenças. Conselhos de psicólogos proibem seus profissionais de colaborarem em serviços que proponham tratamento e cura da homossexualidade. As relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo deixaram de ser crime em certos países ou províncias. A união homossexual passou a ser considerada família, ou mesmo casamento. A adoção ou reprodução assistida nesta união é permitida. A discriminação de pessoas por orientação sexual ou identidade de gênero é penalizada. Os procedimentos de transexualização são permitidos e também realizados na rede pública de saúde. Permite-se a mudança de nome a travestis e transexuais. E nações com população majoritariamente cristã (católica ou protestante) na Europa e nas Américas regulamentaram o casamento gay, seja através de lei ou de decisão judicial. A razão destas mudanças é uma nova compreensão dos direitos humanos, inexistente em outros tempos, que traz novos desdobramentos. Os agentes desta transformação têm motivações seculares, expressas em um registro não religioso. Mas às vezes estas motivações estão bastante ligadas à tradição judaico-cristã e à fé professada e vivida.

Uma expressão emblemática disto é a posse do segundo mandato do presidente norte-americano Barack Obama, em 2013. Ele foi eleito pela maioria dos protestantes, dos católicos e dos judeus que foi às urnas. E fez seu juramento presidencial sobre as Bíblias que pertenceram a Abraham Lincoln e a Martin Luther King Jr. O seu discurso de posse repercutiu mundialmente com a manchete: “igualdade para gays e imigrantes”. Obama citou a Declaração de Independência dos Estados Unidos, de 1776, onde é afirmado como verdade evidente que todos os homens são criados iguais, e lhes são conferidos pelo Criador direitos inalienáveis, entre os quais à vida, à liberdade e à busca da felicidade. É preciso ser igual não só aos olhos de Deus, mas aos olhos dos homens, prossegue o presidente. E esta igualdade é uma estrela que guia o povo ainda hoje, como guiou os seus antepassados em Seneca Falls, Selma e Stonewall. A tarefa desta geração não está completa, diz ele, até que “nossos irmãos e irmãs gays” sejam tratados como os outros perante a lei. Se somos criados iguais, então o amor que juramos mutuamente no casamento também tem que ser igual (OBAMA, 2013).

Os lugares por ele mencionados são ícones históricos das lutas sociais. Seneca Falls é o local da primeira convenção norte-americana em favor da emancipação feminina, em 1848. Selma é a cidade do Alabama de onde partiram as marchas pelos direitos civis dos negros, em 1965, lideradas por

Luther King. E Stonewall é o bar frequentado por gays e transexuais em Nova Iorque, onde eclodiu uma rebelião em 1969 contra as discriminações e as humilhações sofridas por eles. A igualdade supostamente desejada por Deus é conquistada através dos movimentos e nas lutas sociais.

A escolha das Bíblias de Lincoln e Luther King não é por acaso. Ambos lutaram até a morte pela emancipação dos negros em seu país. No livro sagrado dos cristãos, eles encontraram inspiração e alento para a sua luta libertária. Isto não foi simples. A Bíblia tem vários trechos que mencionam a escravidão e a segregação, e que historicamente foram utilizados para justificá-las. Lincoln e Luther King não ficaram reféns desta leitura ao pé da letra, fundamentalista, que era uma arma ideológica de seus adversários. O livro sagrado tem também outros trechos em favor da submissão da mulher ao homem, e da proibição das relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Ainda hoje, estes trechos são utilizados por alguns cristãos para subalternizar as mulheres e para execrar os gays. Obama também não se submeteu a esta leitura. Após jurar sobre as Bíblias e se referir ao Deus Criador, ele defendeu com eloquência os negros, as mulheres, os gays, os imigrantes, os pobres, as crianças e a preservação do Planeta.

O casamento entre pessoas do mesmo sexo estava regulamentado em alguns Estados norte-americanos. Em 2015, por uma decisão da Suprema Corte país, ele passou a valer em todo o território. Foram quatro casos de conviventes de uniões homoafetivas que recorreram a este tribunal, motivando a decisão. Uma destas uniões é formada por Michael DeLeon e Greg Bourke, juntos há trinta e três anos e com dois filhos adotivos. Eles são católicos praticantes e paroquianos ativos em Louisville, Kentucky. E seis dos nove juízes da Suprema Corte são católicos (DE BERNARDO, 2015).

Na França, foi aprovada uma lei em 2012 reconhecendo o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o chamado Casamento para Todos. A sociedade ficou bastante polarizada, com manifestações muito numerosas contra e a favor. Quarenta por cento dos católicos foram a favor, entre os quais o próprio autor do projeto desta lei, o deputado socialista Erwann Binet. Ele é católico praticante, e não vê contradição entre a tradição cristã e os ideais humanitários do seu partido, que incluem a legalização do casamento gay (DUPONT, 2013).

O Casamento para Todos foi apoiado pelo jornal católico francês *Témoignage Chrétien*. Este jornal tem um importante papel histórico desde a resistência ao nazismo, na França ocupada durante a Segunda Guerra Mundial. Ele foi fundado em Lião, em 1941, na clandestinidade. Depois, posicionou-se em favor da descolonização europeia na África e na Ásia, e se engajou nos movimentos sociais. O *Témoignage Chrétien* se considera resolutamente fiel ao Concílio Vaticano II (1962-1965) e à sua visão ecumênica, apoia a sã laicidade e quer testemunhar o que, nos acontecimentos, humaniza ou desumaniza.

Para este jornal, a homossexualidade, perseguida ou oprimida há longos séculos, é uma orientação sexual tão legítima e digna quanto a heterossexualidade. Hoje, o matrimônio civil é um contrato escolhido por pessoas tão livres e voluntárias como nunca foram antes. Recusar este contrato aos homossexuais seria acrescentar mais uma discriminação aos que muitas vezes já sofrem inúmeras. Por isso, considera-se justo abri-lo aos que querem uma legitimidade maior de sua união. Compete às religiões refletirem sobre o sentido religioso do casamento, mas seria um erro político grave colocar homossexuais contra religiosos. O Casamento para Todos não dissolverá a sociedade. O divórcio não fez o matrimônio desaparecer. Um grande número de divorciados se casa novamente. Esta ampliação do acesso ao casamento é um modo suplementar de integração na sociedade. Não há por que hesitar. A humanidade se engrandece quando os cidadãos se recusam a sacralizar os laços de sangue, e dão prioridade aos laços de fraternidade que os unem. O que os une, mesmo dentro da família, vai além do sangue. Cristo na cruz disse a João: “eis a tua mãe”; e à sua mãe: “mulher, eis o teu filho”. Não é a paternidade biológica, não são os laços de sangue que nos fazem irmãos e irmãs. Nosso DNA único e comum é um amor fraterno, que sempre afasta para longe os nossos preconceitos e medos (Témoignage Chrétien, 2012).

2 Aberturas e resistências no ensinamento universal da Igreja Católica

Para se analisar o papel da Igreja Católica em meio a estas mudanças, convém voltar-se para o ofício autorizado de ensinar exercido por sua hierarquia, o magistério. O ensinamento da Igreja, em nível universal, vem dos concílios ecumênicos presididos pelo papa, vem do próprio papa ou de órgãos da Cúria Romana a quem ele delegar. Com relação ao conteúdo, os grandes valores da modernidade foram assimilados pela Igreja no Concílio Vaticano II, mas com o cuidado de não se perder a referência ao Transcendente.

O Concílio legitimou a separação entre Igreja e Estado, a autonomia da ciência e reconheceu a liberdade de consciência. Esta liberdade consiste no direito de a pessoa agir segundo a norma reta da sua consciência e o dever de não agir contra ela. Nela está o “sacrário da pessoa”, onde Deus está presente e se manifesta. Pela fidelidade à voz da consciência, os cristãos estão unidos às outras pessoas no dever de buscar a verdade e de nela resolver os problemas morais que surgem na vida individual e social (GS, 1965, n. 36 e 16). Nenhuma palavra externa substitui a reflexão e o juízo da própria consciência. O *Catecismo da Igreja Católica* aprofunda esse ensinamento e cita o cardeal Newman: “a consciência é o primeiro

de todos os vigários de Cristo” (CIC, 1997, n. 1778). É ela quem primeiro representa Cristo para o fiel.

Buscou-se um novo enfoque na evangelização, em diálogo com a sociedade contemporânea. Para a Igreja, a lei de toda a evangelização é pregar a Palavra de Deus de maneira adaptada à realidade dos povos. Segundo o Concílio, deve haver um intercâmbio permanente entre a Igreja e as diversas culturas. Para isso, Igreja necessita da ajuda dos que conhecem bem as várias instituições e disciplinas, sejam eles crentes ou não. Os fiéis precisam saber ouvir e interpretar as várias linguagens ou sinais do nosso tempo, para avaliá-los adequadamente à luz da Palavra de Deus, de modo que verdade revelada seja melhor percebida, compreendida e apresentada de modo conveniente (GS, 1965, n. 44). A correta evangelização, portanto, é uma estrada de duas mãos, de intercâmbio entre a Igreja e as culturas contemporâneas. A fé cristã necessita dialogar sempre com os diversos saberes legítimos.

A modernidade também propiciou e fomentou novas formas de leitura da Bíblia, através do método histórico-crítico, que situa os textos sagrados em seus respectivos ambientes socioculturais, com seus modos próprios de expressão. Este método rejeita a leitura dos textos ao pé da letra e abre caminhos novos de interpretação. A partir do pontificado de PIO XII, a Igreja assimilou progressivamente estas novas formas de leitura, procurando sempre harmonizá-las com a fé. O Concílio prosseguiu neste caminho. Hoje se ensina que a revelação divina testemunhada na Bíblia é expressa de diversos modos, através de “gêneros literários” históricos, proféticos, poéticos ou outros. Importa que o intérprete busque o sentido que os autores sagrados em determinadas circunstâncias, segundo as condições do seu tempo e da sua cultura, pretenderam exprimir servindo-se dos gêneros literários então usados. Para se entender corretamente o que os autores sagrados quiseram afirmar, devem-se levar em conta os modos próprios de sentir, dizer ou narrar em uso no tempo deles, como também os modos que então se empregavam frequentemente nas relações entre os homens (DV, 1965, n. 12).

Com relação à homossexualidade, a Igreja ensina que vários homens e mulheres têm tendências homossexuais profundamente enraizadas. Esta inclinação é “objetivamente desordenada” e, para a maioria, constitui uma provação. Todos eles devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza, evitando-se toda discriminação injusta. Estas pessoas são chamadas a realizar a vontade de Deus em sua vida e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar por causa de sua condição. Com base na Bíblia, que apresenta os atos de homossexualidade como depravações graves (cf. Gên 19,1-29; Rm 1,24-27; 1 Cor 6,10; 1 Tim 1,10), a tradição sempre os considerou como “intrinsecamente desordenados”. Tais atos são contrários à lei natural, fecham a

relação sexual ao dom da vida e não procedem de uma complementaridade afetiva e sexual verdadeira. Em caso algum podem ser aprovados. As pessoas homossexuais são chamadas à castidade. Pelas virtudes do autodomínio, que educam a liberdade interior, pela oração, pela graça sacramental e às vezes pelo apoio de uma amizade desinteressada, estas pessoas podem e devem se aproximar gradual e resolutamente da perfeição cristã (CIC, 1997, n. 2357-2359).

Sobre a culpabilidade em relação a atos de homossexualidade, deve haver prudência no julgamento. São reconhecidos certos casos em que a tendência homossexual não é fruto de opção deliberada da pessoa, e que esta pessoa não tem alternativa e é compelida a se comportar de modo homossexual. Por conseguinte, em tal situação ela age sem culpa. Alerta-se para o risco de generalizações, mas podem existir circunstâncias que reduzem ou até mesmo eliminam a culpa da pessoa (CDF, 1986, n.11).

A transexualidade não é mencionada explicitamente nos documentos doutrinários, mas ensina-se que compete a cada um, homem e mulher, reconhecer e aceitar a sua identidade sexual (CIC, 1997, n. 2333). Recentemente, a Congregação para a Doutrina da Fé foi consultada por um bispo espanhol sobre a possibilidade de um transexual ser padrinho de batismo. A resposta foi que o comportamento transexual revela de maneira pública uma atitude oposta à “exigência moral de resolver o próprio problema de identidade sexual segundo a verdade do próprio sexo”. Por isso esta pessoa não preenche o requisito de viver uma vida conforme a fé e a função de padrinho (*Comunicado...*, 2015).

O reconhecimento legal das uniões homossexuais teve forte oposição da Igreja. Para ela, estas uniões não desempenham, nem mesmo em sentido analógico remoto, as funções pelas quais o matrimônio (heterossexual) e a família merecem um reconhecimento específico e qualificado. Há razões para afirmar que tais uniões são “nocivas a um reto progresso da sociedade humana”. Diante do reconhecimento ou da equiparação das uniões homossexuais ao matrimônio, com acesso aos direitos próprios deste último, é dever se opor de modo claro e incisivo. Deve-se evitar qualquer cooperação formal e material na promulgação e aplicação destas leis e, na medida do possível, recorrer-se à objeção de consciência. Houve, porém, uma concessão. Ainda que com ressalvas, afirma-se que em caso de pessoas homossexuais conviventes se podem reconhecer direitos com proteção legal para situações de interesse recíproco. Mas sobre à inserção de crianças em uniões homossexuais não há concessões. Deve-se evitá-la pois falta a bipolaridade sexual proporcionada pela paternidade e pela maternidade. Isto cria obstáculos ao desenvolvimento normal das crianças (CDF, 2003, n. 5, 7-9).

Há também forte oposição da Igreja Católica e de outros segmentos cristãos aos estudos de gênero. Estes estudos são os principais elementos teóricos dos que defendem a igualdade entre homem e mulher na sociedade, bem

como a inclusão e a cidadania dos LGBT. No espaço público, esta oposição gera disputas na elaboração e implementação de leis e políticas públicas que envolvem a família, a educação, a saúde e os direitos. A alta hierarquia católica alerta contra tendências teóricas oriundas do tema da mulher. A fim de se evitar qualquer supremacia de um sexo sobre o outro, tende-se a “eliminar as suas diferenças” considerando-as meros efeitos de um condicionamento histórico-cultural. A diferença corpórea, chamada sexo, é minimizada; e a dimensão cultural, chamada gênero, é maximizada e considerada primária. Tal antropologia obscurece a dualidade dos sexos em favor de perspectivas igualitárias para a mulher, questiona a natureza biparental da família, composta de pai e de mãe, e equipara a homossexualidade à heterossexualidade num novo modelo de sexualidade polimórfica. A motivação mais profunda desta tendência estaria na tentativa da pessoa humana de “libertar-se dos próprios condicionamentos biológicos”. A natureza humana não teria em si características que se imponham absolutamente, mas cada pessoa poderia e deveria modelar-se a seu gosto, livre de toda a predeterminação ligada à sua constituição essencial. Diante de tais correntes de pensamento, deve-se reagir inspirando-se na fé em Jesus Cristo. Em lugar do antagonismo e da eliminação da diferença entre homem e mulher, propõe a colaboração ativa fundada no reconhecimento desta mesma diferença (CDF, 2004, n. 2-4).

O tom da crítica aos estudos de gênero subiu no pontificado de Bento XVI. Para ele, a fé no Criador é uma parte essencial do credo cristão, e a Igreja Católica não deve se limitar a transmitir aos fiéis somente a mensagem da salvação. Ela também tem uma responsabilidade com a criação. Deve defender os dons da criação que pertencem a todos e proteger o ser humano contra a sua própria destruição. É necessário que haja uma “ecologia do homem”. A natureza do ser humano como homem e mulher não é uma metafísica superada. Trata-se da fé no Criador e da escuta da linguagem da criação, cujo desprezo significaria uma “autodestruição” do ser humano e uma destruição da própria ordem de Deus. O que com frequência se expressa com o termo *gender*, prossegue o papa, se sintetiza definitivamente na autoemancipação do ser humano em relação à obra do Criador. O homem quer fazer-se por sua conta, e decidir sozinho sobre o que lhe afeta. Mas deste modo vive contra a verdade, vive contra o Espírito criador. Os bosques tropicais merecem nossa proteção, mas não menos a merece o homem como criatura, no qual está inscrita uma mensagem que não contradiz a sua liberdade, mas que é sua condição (BENTO XVI, 2008).

No final de 2008, houve uma proposta nas Nações Unidas encabeçada pela França em favor da descriminalização da homossexualidade em todo o mundo. A proposta incluía o fim da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Na época, segundo grupos de direitos humanos, o homoerotismo era punível em mais de 90 países, podendo levar à pena de morte no Afeganistão, no Irã, na Arábia Saudita, no Sudão e no Iêmen.

Convém lembrar que em séculos passados o homoerotismo era punido nos países ocidentais. Tribunais eclesiásticos, como a Inquisição, julgavam os acusados de “sodomia” e entregavam os culpados ao poder civil para serem punidos, até mesmo com a morte. A proposta francesa gerou um debate acalorado, teve a adesão de 66 países e a rejeição de 57. Estes, liderados pelo Egito, apresentaram uma declaração de oposição.

Nas Nações Unidas, a delegação da Santa Sé manifestou apreço pela proposta francesa de condenar todas as formas de violência contra pessoas homossexuais, e exortou os Estados, inclusive os muçulmanos, a tomarem as medidas necessárias para pôr fim a todas as penas criminais contra elas (*Intervenção...*, 2008). Para a Igreja, as relações sexuais livremente consentidas entre pessoas adultas não devem ser consideradas delito pelo poder civil. Mas a Santa Sé se opôs ao fim da discriminação por identidade de gênero e orientação sexual. Alegou que isto poderia se tornar um instrumento de pressão contra os que consideram o comportamento homossexual moralmente inaceitável, não reconhecem a união homossexual como família, nem a sua equiparação à união heterossexual e nem o seu direito à adoção e à reprodução assistida (*Difesa...*, 2008).

3 As conferências episcopais e o ensinamento em nível regional

Além do ensinamento universal da Igreja, vindo do concílio, do papa e da Cúria Romana, há um ensinamento local, vindo do bispo diocesano. O magistério local muitas vezes é exercido de forma coletiva regional, nacional ou continental, sempre em comunhão com o bispo de Roma, o papa. As conferências episcopais trazem contribuições importantes à pastoral e à teologia, que são fruto de reflexões e práticas contextualizadas em diferentes realidades com suas necessidades e urgências.

Os bispos franceses posicionaram-se diante da Lei Matrimônio para Todos, que equipara plenamente a união homossexual à união heterossexual. Eles reafirmam a doutrina da Igreja sobre este tema, opondo-se à Lei. Mas não só. Repudiam a homofobia, e felicitam a evolução do direito que hoje condena toda discriminação e incitação ao ódio em razão da orientação sexual. Reconhecem que muitas vezes não é fácil para a pessoa homossexual assumir sua condição, pois os preconceitos são duradouros e as mentalidades só mudam lentamente, inclusive nas comunidades e nas famílias católicas. Estas são chamadas a acolher toda pessoa como filha de Deus, qualquer que seja a sua situação. E numa união durável entre pessoas do mesmo sexo, para além do aspecto meramente sexual, a Igreja estima o valor da solidariedade, da ligação sincera, da atenção e do cuidado com o

outro (CEF, 2012). Assim, os bispos de certo modo contribuem para uma sociedade inclusiva, que também é capaz de reconhecer valores positivos nas uniões homoafetivas.

Os bispos norte-americanos publicaram um documento sobre a pastoral com homossexuais. Os que trabalham neste campo são convidados a ouvir as experiências, as necessidades e as esperanças das pessoas homossexuais. Assim se manifesta o respeito à dignidade inata e à consciência do outro. Gays e lésbicas podem revelar a sua condição a familiares e amigos, e crescerem na vida cristã. Os bispos não aprovam a adoção de crianças por casais do mesmo sexo. No entanto, aceitam o batismo de crianças sob a responsabilidade destes casais se houver o propósito de que elas sejam educadas na fé da Igreja Católica (USCCB, 2006). Desta forma, a orientação sexual e o ponto de vista dos fiéis cristãos gays e lésbicas não são desconsiderados ou demonizados, e suas configurações familiares com seus filhos não excluídas da comunidade eclesial.

Estes bispos norte-americanos também escreveram uma bela carta pastoral aos pais dos homossexuais. O título é muito conveniente e profético: Sempre Nossos Filhos. Os bispos afirmam que Deus não ama menos uma pessoa por ela ser gay ou lésbica. A AIDS pode não ser castigo divino. Deus é muito mais poderoso, mais compassivo e, se for preciso, com mais capacidade de perdoar do que qualquer pessoa neste mundo. Os pais são exortados a amarem a si mesmos e a não se culparem pela orientação sexual de seus filhos, nem por suas escolhas. Os pais não são obrigados a encaminhar seus filhos a terapias de reversão para torná-los heterossexuais. Os pais são encorajados, sim, a lhes demonstrar amor incondicional. E dependendo da situação dos filhos, o apoio da família é ainda mais necessário (USCCB, 1997). Há muitas famílias que têm filhos homossexuais e sofrem imensamente com isto. Os pais frequentemente culpam a si mesmos e não sabem o que fazer. Esta mensagem é muito necessária também em outras realidades eclesiais e familiares.

Até mesmo a bênção de pessoas homossexuais foi tratada por alguns bispos, os suíços. Eles afirmam que elas podem ser abençoadas, mas não a contração de uma união entre pessoas do mesmo sexo para não haver semelhança com o matrimônio sacramental (CES, 2002, n. 3). Com isto, algumas possibilidades se abrem. No Ritual de Bênçãos da Igreja, por exemplo, há bênção de uma residência, com orações pelos que nela residem, bênção do local de trabalho e bênçãos para diversas circunstâncias. Portanto, pode-se abençoar pessoas homossexuais sem contrariar as normas da Igreja. Na busca de práticas que favoreçam o acolhimento, estas são iniciativas muito boas (LIMA, 2015, p. 190).

Também os bispos brasileiros contemplaram este tema num documento sobre a renovação pastoral das paróquias. Eles tratam das novas situações

familiares com realismo e abertura, incluindo as uniões do mesmo sexo. Os bispos reconhecem que nas paróquias participam pessoas unidas sem o vínculo sacramental e outras em segunda união. Há também as que vivem sozinhas sustentando os filhos, avós que criam netos e tios que sustentam sobrinhos. Há crianças adotadas por pessoas solteiras ou do mesmo sexo, que vivem em união estável. Eles exortam a Igreja, família de Cristo, a acolher com amor todos os seus filhos. Conservando o ensinamento cristão sobre a família, é necessário usar de misericórdia. Constatase que muitos se afastaram e continuam se afastando das comunidades porque se sentiram rejeitados, porque a primeira orientação que receberam consistia em proibições e não em viver a fé em meio à dificuldade. Na renovação paroquial, deve haver conversão pastoral para não se esvaziar a Boa Nova anunciada pela Igreja e, ao mesmo tempo, não deixar de se atender às novas situações da vida familiar. “Acolher, orientar e incluir” nas comunidades os que vivem em outras configurações familiares são desafios inadiáveis (CNBB, 2014, n. 217-218).

4 O pontificado de Francisco e sua abertura

A renovação no pontificado de Francisco se faz com abertura pastoral, novos enfoques doutrinários, gestos ousados e o desencadeamento de novos processos. Tudo isto incide na relação com os LGBT. O ensinamento moral do papa é ao mesmo tempo matizado, aberto, crítico e alentador. Ele diz que “o anúncio do amor salvífico de Deus precede a obrigação moral e religiosa. Hoje, por vezes, parece que prevalece a ordem inversa”. Uma pastoral missionária não deve estar obcecada pela transmissão desarticulada de uma multiplicidade de doutrinas a se impor insistentemente, mesmo envolvendo temas como aborto, casamento homossexual e uso dos métodos contraceptivos. O anúncio deve concentrar-se no essencial, que é também o que mais apaixona e atrai, procurando curar todo tipo de ferida e fazer arder o coração, como o dos discípulos de Emaús que encontraram o Cristo ressuscitado. A proposta evangélica deve ser mais simples, profunda e irradiante. É desta proposta que vêm depois as consequências morais. Nesta perspectiva, o confessionário não é uma sala de tortura, mas um lugar de misericórdia, no qual o Senhor nos estimula a fazer o melhor que pudermos (FRANCISCO, 2013c).

A salvação também tem uma dimensão imanente porque evangelizar, diz o papa, é tornar o Reino de Deus presente neste mundo. O Evangelho convida, antes de tudo, a responder a Deus que nos ama e nos salva, reconhecendo-O nos outros e saindo de nós mesmos para procurar o bem de todos. Os que se deixam salvar por Cristo são libertados do pecado, da tristeza, do vazio interior e do isolamento. A pregação moral cristã

não é uma ética estoica do cumprimento impassível do dever, e nem um catálogo de pecados e erros. Ela é mais do que uma ascese ou conduta disciplinada, e mais do que uma filosofia prática. Há uma desproporção a ser evitada quando se fala mais da lei que da graça, mais da Igreja que de Jesus Cristo, mais do papa que da Palavra de Deus (EG, 2013, n. 1, 39 e 38).

Francisco também defende as mães solteiras que querem batizar seus filhos e enfrentam a “alfândega” criada por religiosos rigoristas. A Igreja deve ser a casa paterna onde há lugar para todos que enfrentam fadigas em suas vidas. Todos podem participar da vida eclesial e fazer parte da comunidade. As portas dos sacramentos não devem se fechar por qualquer razão, a começar pelo primeiro: o batismo. A Eucaristia, plenitude da vida sacramental, não é um prêmio para os perfeitos, mas um remédio generoso e um alimento para os que necessitam de forças. Isto tem consequências pastorais a serem consideradas com prudência e audácia. Muitas vezes agimos como controlador da graça e não como facilitadores. Mas a Igreja não é uma alfândega, é a casa paterna (EG, 2015, n. 47).

O conhecimento da verdade é progressivo, observa o papa. A compreensão do homem muda com o tempo, e sua consciência se aprofunda. Recorde-se o tempo em que a escravatura era aceita e a pena de morte era admitida sem nenhum problema. Os exegetas e os teólogos, como também as outras ciências e a sua evolução, ajudam a Igreja a amadurecer o próprio juízo. Como consequência, há normas e preceitos eclesiais secundários que em outros tempos foram eficazes, mas que hoje perderam valor ou significado. Uma visão da doutrina da Igreja como um bloco monolítico a ser defendido sem matizes é errada (FRANCISCO, 2013c). Ele não faz um inventário das normas e preceitos secundários que hoje perderam valor, mas aponta para a teologia e para a evolução das ciências como agentes do amadurecimento da Igreja.

Isto se coaduna muito bem com o ensinamento do Concílio Vaticano II sobre a ordem ou hierarquia de verdades na doutrina católica, segundo o nexos destas verdades com o fundamento da fé cristã. Alguns pontos são mais importantes porque estão estreitamente ligados a este fundamento. Outros, por sua vez, são menos importantes porque estão menos ligados a ele (UR, 1964, n. 11). Esta ordem é válida, diz o papa, tanto para os dogmas de fé como para os demais ensinamentos da Igreja, incluindo a doutrina moral. Na mensagem moral, há uma hierarquia nas virtudes e nas ações. A misericórdia é a maior das virtudes. As obras de amor ao próximo são a manifestação externa mais perfeita da graça interior do Espírito. Os preceitos dados por Cristo e pelos Apóstolos ao povo de Deus são pouquíssimos. E os preceitos adicionados posteriormente pela Igreja devem ser exigidos com moderação, para não tornar pesada a vida aos fiéis e nem transformar a religião numa escravidão (EG, 2013, n. 36-37 e 43).

Nesta moral matizada que o papa expõe tem grande importância o bem possível. Sem diminuir o valor do ideal evangélico, é preciso acompanhar, com misericórdia e paciência, as possíveis etapas de crescimento das pessoas, que vão se construindo dia a dia. Um pequeno passo no meio de grandes limitações humanas pode ser mais agradável a Deus do que uma vida externamente correta, de quem não enfrenta maiores dificuldades. A consolação e a força do amor salvador de Deus devem chegar a todos. Deus opera misteriosamente em cada pessoa, para além dos seus defeitos e das suas quedas. Um coração missionário não renuncia ao bem possível, ainda que corra o risco de sujar-se com a lama da estrada (EG, 2015, n. 44-45).

Um exemplo da relação entre o ideal evangélico e o bem possível é a família formada pela união exclusiva e indissolúvel entre um homem e uma mulher. Todos os papas defendem esta instituição. Mas certa vez Francisco fez um interessante e inesperado elogio à mulher paraguaia, que ele considera “a mais gloriosa da América Latina”. Isto porque após a Guerra do Paraguai — contra o Brasil, a Argentina e o Uruguai entre 1864 e 1870 — sobraram no Paraguai oito mulheres para cada homem. E as mulheres paraguayas fizeram uma escolha difícil e arriscada: ter filhos para salvar a pátria, a cultura, a fé e a língua (FRANCISCO, 2013b). O papa elogia uma prática extramatrimonial de procriação, feita em escala nacional em circunstâncias extremas. Estas mulheres são mais gloriosas do que todas as outras, incluindo as que vivem no modelo tradicional de família. Com isto, Francisco não contraria a moral católica e nem diminui o apreço pelo matrimônio, mas mostra corajosamente o amplo alcance da busca do bem possível no campo da moral (LIMA, 2015, p. 183).

A gradualidade na aplicação da lei moral não é um elemento novo na doutrina. A busca do bem possível muitas vezes impele os fiéis a trilharem um caminho progressivo, de crescimento em etapas passando por fases marcadas pela imperfeição e até pelo pecado, conforme ensina o Catecismo (CIC, 1997, n. 2343). Mas esta gradualidade é quase desconhecida em muitos ambientes católicos e deveria ser ensinada de forma mais ampla. Muitas vezes há um triunfo do tudo ou nada, e do radicalismo estéril.

No início de 2015, o papa fez um gesto surpreendente recebendo em sua casa a visita do transexual espanhol Diego Neria e de sua companheira. A história de Diego é emblemática da condição transexual, do preconceito atroz e do seu enfrentamento. Ele nasceu com corpo de mulher, mas desde criança sentia-se homem. No Natal, escrevia aos reis magos pedindo como presente tornar-se menino. Ao crescer, resignou-se à sua condição. “Minha prisão era meu próprio corpo, porque não correspondia absolutamente ao que minha alma sentia”, confessa. Diego escondia esta realidade o quanto podia. Sua mãe pediu-lhe que não mudasse o seu corpo enquanto ela vivesse. E ele acatou este desejo até a morte dela. Quando ela morreu, Diego tinha 39 anos. Um ano depois, ele começou o processo transexua-

lizador. Na igreja que frequentava, despertou a indignação das pessoas: “como se atreve a entrar aqui na sua condição? Você não é digno”. Certa vez, chegou a ouvir de um padre: “você é filha do diabo”! Mas felizmente teve o apoio do bispo de sua diocese, que lhe deu ânimo e consolo. Isto encorajou Diego a escrever ao papa Francisco e a pedir um encontro com ele. O papa o recebeu e o abraçou no Vaticano, na presença da sua companheira. Hoje, Diego Neria é um homem em paz (HERNÁNDEZ, 2015).

Outros encontros com LGBT ocorreram, como uma visita a um presídio na Itália em que o papa teve uma refeição à mesa na companhia de presos transexuais. Nos Estados Unidos, Francisco se encontrou na nunciatura apostólica com seu antigo aluno e amigo gay Yayo Grassi, e com o companheiro dele. Grassi já tinha apresentado o seu companheiro ao papa dois anos antes. Este relacionamento nunca foi problema na amizade entre Grassi e o papa (GRASSI, 2015). Estes gestos valem mais que mil palavras. Se todas as famílias que têm filhos ou parentes LGBT fizessem o mesmo, recebendo-os em casa com seus companheiros, muitos problemas e dramas humanos seriam resolvidos.

A abertura do pontificado de Francisco inclui a exortação aos teólogos a prosseguirem no caminho do Concílio Vaticano II, de releitura do Evangelho na perspectiva da cultura contemporânea. Estudar e ensinar teologia deve significar “viver em uma fronteira”, na qual o Evangelho encontra as necessidades das pessoas às quais é anunciado de maneira compreensível e significativa. Deve-se evitar uma teologia que se esgote em disputas acadêmicas ou que contemple a humanidade a partir de um castelo de cristal. Ela deve acompanhar os processos culturais e sociais, especialmente as transições difíceis, assumindo os conflitos que afetam a todos. Os bons teólogos, como os bons pastores, devem ter “cheiro de povo e de rua”, e com sua reflexão derramar “óleo e vinho nas feridas dos homens”, como o bom samaritano do Evangelho (FRANCISCO, 2015a).

Para o papa, o teólogo deve enfrentar o trabalho árduo de distinguir a mensagem de Vida da sua forma de transmissão, de seus elementos culturais nos quais em um determinado tempo ela foi codificada. Não fazer este exercício de discernimento leva inevitavelmente a trair o conteúdo da mensagem. Faz com que a Boa Nova, verdadeiro sentido do Evangelho, deixe de ser nova e deixe de ser boa, tornando-se uma palavra estéril, vazia de toda sua força criadora, curadora e ressuscitadora. Assim se coloca em perigo a fé das pessoas de nosso tempo. A doutrina cristã não deve ser um sistema fechado, privado de dinâmicas capazes de gerar interrogações, dúvidas e questionamentos. Pelo contrário, ela tem rosto, corpo e carne, que se chama Jesus Cristo. É sua Vida que é oferecida de geração em geração a todos os seres humanos, em todas as partes do mundo (FRANCISCO, 2015c).

Os estudos de gênero também fazem parte da pregação de Francisco. Certa vez, ele falou sobre a família e a inquietação que estes estudos lhe trazem. Conforme a tradição judaico-cristã, a instituição familiar é um grande dom que Deus deu à humanidade, criando o ser humano homem e mulher e instituindo o sacramento do matrimônio. A diferença sexual está presente em várias formas de vida, mas somente no homem e na mulher esta diferença traz a imagem e a semelhança divina. A sua finalidade não é a oposição ou a subordinação, mas a comunhão e a geração. O ser humano precisa da reciprocidade entre homem e mulher para se conhecer bem e crescer harmonicamente. Nos últimos tempos, prossegue o papa, a cultura abriu novos espaços, liberdades e profundidades que enriquecem a compreensão desta diferença, mas também trouxe muitas dúvidas e bastante ceticismo. E fez esta interrogação: “pergunto-me se a chamada teoria do *gender* não é também expressão de uma frustração e resignação, que visa cancelar a diferença sexual porque já não sabe confrontar-se com ela”. Para ele, corre-se o risco de se dar um passo atrás. A remoção da diferença seria verdadeiramente o problema, não a solução (FRANCISCO, 2015b). Felizmente ele formulou sua objeção aos estudos de gênero em forma de pergunta, sem execração, ao contrário de seus antecessores.

O Sínodo dos Bispos, convocado e presidido pelo papa para tratar do tema da família, fez a Igreja viver momento rico e criativo. A mensagem cristã no campo da sexualidade e da família tem uma grandeza e uma beleza inegáveis, mas também problemas e questionamentos inevitáveis. Em certos pontos, há uma notável disparidade entre o ensinamento da Igreja e vida da maioria dos fiéis. A convocação do Sínodo foi feita em 2013, com um documento preparatório contendo perguntas pastoralmente instigantes para serem refletidas e respondidas por todas as dioceses católicas do mundo. Em 2014, realizou-se a Assembleia Extraordinária do Sínodo para debater as respostas e fazer encaminhamentos em vista da Assembleia Ordinária, que se realizou em 2015. Os debates, as entrevistas e os relatórios produzidos tiveram uma notável repercussão na mídia. O Sínodo é uma instituição consultiva, bem como os seus relatórios e proposições. Só é ensinamento oficial da Igreja a exortação pós-sinodal, escrita pelo papa.

Mesmo sendo apenas consultivo, o Sínodo traz indicações muito relevantes sobre a situação eclesial, os consensos e as divergências existentes entre os bispos, que são muito importantes para o discernimento do papa. Os relatórios produzidos desde a convocação deste Sínodo apontam claramente nesta direção: não mudar a doutrina sobre a família, fundada sobre a união indissolúvel entre um homem e uma mulher, mas acolher sem condenar as pessoas que vivem em outras configurações familiares. O valor deste processo, mais do que os textos, é o debate aberto na Igreja sobre temas de sexualidade e família como nunca se viu nas últimas décadas. Isto ajuda a formar uma opinião pública que favorece a pastoral, a reflexão teológica e a recepção da exortação pós-sinodal *Amoris Laetitia*, 2016.

Nas questões sobre homossexualidade, as dioceses alemãs e suíças responderam criticamente aos questionários sinodais. Com base nas ciências humanas e na medicina, a orientação sexual é uma disposição inalterável e não escolhida pelo indivíduo. Por isso, falar de “tendência homossexual” provocou irritação e foi percebido como uma expressão discriminatória (CEA, 2015, n. 40). A maior parte dos fieis considera justo o desejo de pessoas homossexuais de terem relacionamentos e formarem uniões. A exigência de que vivam em abstinência é rejeitada como injusta e desumana. É inaceitável que homossexuais sejam considerados apenas como destinatários de uma pastoral, vistos como pessoas doentes ou precisando de ajuda. Deseja-se que sejam tratados com respeito e que apreciem a sua participação na Igreja. O discurso sobre a impossibilidade de qualquer tipo de analogia entre o matrimônio (heterossexual) e a união homossexual não é aceito. Deseja-se que a Igreja reconheça, estime e abençoe as uniões homossexuais, ajudando os membros destas uniões a viverem valores importantes que têm, sim, analogia com o matrimônio (CES, 2015, n. 40).

Estas questões também foram respondidas por Juan Masiá, jesuíta radicado na Japão e pesquisador de bioética. Para ele, é necessário promover a acolhida de pessoas e de uniões homossexuais, bem como de famílias assim constituídas, na vida cotidiana e sacramental das comunidades eclesiais, sem discriminação. Deve-se reconhecer respeitosamente a legislação civil sobre as uniões homossexuais. É necessária uma revisão da hermenêutica bíblica, moral e teológica sobre a sexualidade à luz das ciências humanas, especialmente sobre a sexualidade pluriforme e as exigências educativas para uma convivência inclusiva. Não se pode afirmar taxativamente como ensinamento da Igreja a impossibilidade de analogia, mesmo remota, entre uniões homossexuais e o desígnio de Deus sobre o matrimônio. Seria presunçoso possuir o conhecimento certo e definitivo deste suposto desígnio divino.

Masiá afirma que tanto a definição de união esponsal como “comunidade íntima de vida e amor” (GS, 1965, n. 48), quanto a imagem bíblica de pessoas que saem de suas respectivas famílias e saem de si para fazer de duas uma, permanecendo juntas ao longo de um caminho de amor e vida, prestam-se à união esponsal homossexual. A abertura à vida não existe somente ao se gerar uma nova vida como casal formado por homem e mulher, mas também quando um casal homossexual recorre legal e responsabilmente à procriação assistida, à adoção de uma vida já nascida ou quando se dedica de diversas maneiras a contribuir como família à promoção social da vida. As possíveis objeções em determinado caso contra uma adoção, ou contra o uso de procriação medicamente assistida, devem ser as mesmas que em caso semelhante se façam a um casal heterossexual. A reflexão moral teológica sobre a sexualidade deve ser revista levando-se em conta que a orientação sexual não é uma escolha, e nem se

pode dizer que seu exercício seja moral ou imoral. Será moral ou imoral pelas mesmas razões da relação heterossexual. Para ambas devem valer as mesmas perguntas éticas: se a relação é razoável, responsável, honesta consigo mesmo e com a outra pessoa, se é amorosa, humanizadora e se ajuda ao justo crescimento pessoal (MASIÁ, 2015a).

É necessário desatar os nós do literalismo e do fundamentalismo que amarraram a leitura bíblica, prossegue Masiá, e favorecer uma hermenêutica que possibilite uma interpretação crítica e cristã da Bíblia. É preciso desfazer os nós do preconceito que amarram o cuidado pastoral e o mandamento de amar, libertando assim a misericórdia, a compaixão e a ternura. Certas questões devem ser enfocadas mais como ética das relações do que como ética da sexualidade, como pluralidade de modelos de relação e de família, em vez de um pensamento único presumidamente conhecedor de um suposto desígnio divino. Devem ser enfocadas como ética de valores evangélicos em situação, em vez de normas abstratas desencarnadas (MASIÁ, 2015b)

Junto com estas contribuições questionadoras, também houve no Sínodo a defesa de ensinamentos tradicionais da Igreja. No encerramento da Assembleia Ordinária, o papa fez um balanço muito realista das divergências entre os bispos:

Aquilo que parece normal para um bispo de um continente, pode resultar estranho, quase um escândalo – quase! –, para o bispo doutro continente; aquilo que se considera violação de um direito numa sociedade, pode ser preceito óbvio e intocável noutra; aquilo que para alguns é liberdade de consciência, para outros pode ser só confusão. Na realidade, as culturas são muito diferentes entre si e cada princípio geral [...] se quiser ser observado e aplicado, precisa ser inculturado (FRANCISCO, 2015d).

Muitos bispos, bem como os fiéis de suas igrejas locais, não concordam com certas posições flexíveis ou mesmo com as conferências episcopais da França, da Alemanha, da Suíça, dos Estados Unidos e do Brasil. As exortações pós-sinodais são elaboradas a partir dos consensos alcançados nas assembleias sinodais. O magistério da Igreja em nível universal deve levar em conta os diferentes contextos dos Continentes e dos países. A tarefa de articular convergências e chegar um denominador comum é complexa e difícil.

O papa Bento XVI certa vez relatou a missão que havia recebido quando era cardeal, no tempo de João Paulo II, de coordenar o trabalho dos bispos para a elaboração do Catecismo da Igreja Católica. O livro deveria mostrar em que a Igreja hoje crê e como se pode crer razoavelmente. Ele confessa que ficou assustado com esta missão e duvidou que isso fosse exequível. Como é que pessoas vivendo em diferentes continentes, não apenas geográficos, mas também intelectuais e espirituais, poderiam chegar a um

texto com coesão interna e compreensível em todos os Continentes? Ele considera um prodígio o cumprimento desta missão (BENTO XVI, 2012). Diante da complexidade de se obter consensos e se respeitar as diferenças, o magistério tende a ser cauteloso nas inovações. Mesmo que a teologia e a evolução das ciências ajudem a Igreja a amadurecer seu juízo, isto leva tempo, e o amadurecimento não é homogêneo. Porém, as igrejas locais, suas iniciativas apostólicas e a reflexão teológica podem avançar mais, criando um ambiente eclesial favorável para mudanças futuras de maior alcance.

O papa Francisco fomenta este processo e estimula a fidelidade criativa. O seu pontificado traz muito mais avanços que resistências. No encerramento do Sínodo, ele alertou que os verdadeiros defensores da doutrina não são os que defendem a letra, mas o espírito; não as ideias, mas o ser humano; não as fórmulas, mas a gratuidade do amor de Deus e do seu perdão. Isto não diminui o valor dos mandamentos, mas os fortalece na perspectiva evangélica de que eles são criados para o ser humano e não o contrário. Ele também alertou para as tentações constantes do irmão mais velho da parábola do Filho Pródigo, e dos trabalhadores invejosos da parábola dos Trabalhadores da Última Hora (FRANCISCO, 2015d). Pode-se esperar que a sua exortação pós-sinodal sobre a família tenha conteúdos alentadores, proféticos e fecundos como a *Evangelii Gaudium*, que é também uma exortação pós-sinodal, fruto do sínodo sobre a nova evangelização.

5 A teologia e a pastoral diante da inclusão e da cidadania LGBT

Os desafios lançados pelo papa Francisco de ir às periferias existenciais, questionar estruturas caducas, reler o Evangelho à luz da cultura contemporânea, assumir os conflitos e curar as feridas, levam a reconsiderar algumas posições doutrinárias em vista de um correto acolhimento e estima dos LGBT.

Com relação à condenação dos atos de homossexualidade com base na Sagrada Escritura, é preciso situar os textos em seus respectivos contextos. No judaísmo antigo, acreditava-se que o homem e a mulher foram criados um para o outro, para se unirem e procriarem. Supõe-se uma heterossexualidade universal, expressa no imperativo “crescei e multiplicai-vos” (Gên 1,28). Isto foi escrito no tempo do exílio judaico na Babilônia. Para o povo expulso de sua terra e submetido a uma potência estrangeira, crescer era fundamental para a sobrevivência da nação e da religião. Não se nega o desígnio divino de que a humanidade se espalhe pela terra, mas a necessidade de sobrevivência do povo judeu naquele tempo era urgente.

O sêmen do homem supostamente continha o ser humano inteiro, e devia ser colocado no ventre da mulher assim como a semente é depositada na terra. Não se conhecia o óvulo. O próprio nome “sêmen” está ligado a semente. Ele jamais deveria ser desperdiçado, como mostra a história de Onã. Este praticou coito interrompido e ejaculou fora da vagina de sua esposa. Por isso, Onã foi fulminado por Deus por causa desta transgressão (Gên 38,1-10). É neste contexto que a relação sexual entre dois homens era considerada uma abominação. Israel devia se distinguir das outras nações de várias maneiras, com o seu culto, sua lei e seus costumes, segundo o código de santidade do Livro do Levítico. Aí se inclui a proibição do homoerotismo, considerado abominação (Lev 18,22). Proíbe-se também, e com rigor: trabalhar no dia de sábado, comer carne de porco ou frutos do mar, aparar o cabelo e a barba, tocar em mulher menstruada durante sete dias, usar roupa tecida com duas espécies de fio, plantar espécies diferentes de semente em um mesmo campo e acasalar animais de espécies distintas. Quando o cristianismo, nascido em Israel, expandiu-se entre os povos não judeus, a santidade do Levítico não se tornou norma para estes povos, mas a proibição do homoerotismo sim.

A esta proibição se somou a história de Sodoma e Gomorra, cujo pecado clamou aos céus e resultou no castigo divino destruidor (Gên 19). Este pecado foi recusar a hospitalidade aos que visitavam o patriarca Ló, a ponto de tentarem violentá-los sexualmente. Com frequência, a violência sexual era uma forma de humilhação imposta por exércitos vencedores aos vencidos. Inicialmente, o delito de Sodoma era visto como “orgulho, alimentação excessiva, tranquilidade ociosa e desamparo do pobre e do indigente”. Através do Profeta, o Senhor diz: “Tornaram-se arrogantes e cometeram abominações em minha presença (Ez 16, 49-50)”. Vários séculos depois, tal pecado foi identificado com o homoerotismo, mas na origem, ele nada tem a ver com o amor entre pessoas do mesmo sexo, ou mesmo com relações sexuais livremente consentidas entre pessoas adultas do mesmo sexo.

Há um relato semelhante ao pecado de Sodoma no livro dos Juízes (Jz 19 e 20). Um levita e sua concubina se hospedaram na cidade de Gabaá, da tribo de Benjamin. Os habitantes da cidade hostilizaram os visitantes e estupraram a concubina do levita até a morte. O Senhor suscitou os israelitas contra aquela cidade, e ela foi completamente destruída. A partir deste relato, não se deve condenar a heterossexualidade. O que se condena, tanto em Sodoma quanto em Gabaá, é a falta de hospitalidade e a hostilidade violenta com a pessoa que vem de fora.

No Novo Testamento, a Carta aos Romanos afirma que quem ama o próximo cumpriu a lei, pois os mandamentos se resumem em amar ao próximo como a si mesmo (Rm 13,8-10). Este é o espírito dos mandamentos e o critério de sua interpretação. Mas ao refutar o politeísmo, o apóstolo

Paulo o associa ao homoerotismo (Rm1,18-32). Os pagãos não adoravam o Deus único, mas as criaturas. E ainda permitiam esta prática sexual vista como abominação pelos judeus. Este comportamento é considerado castigo divino por causa de uma prática religiosa errada: “Por tudo isso, Deus os entregou a paixões vergonhosas”. Outros escritos paulinos têm a mesma posição, em que prováveis referências ao homoerotismo estão ligadas à idolatria e à irreligião (1 Cor 6, 9-11; 1 Tim 1, 8-11). No contexto judaico-cristão da Antiguidade, este argumento era compreensível. Não havia o conceito de orientação sexual, uma estrutura profundamente enraizada na pessoa, com relativa estabilidade, atraindo-a ao sexo oposto ou ao mesmo sexo. Esta orientação nada tem a ver com a crença em um ou em vários deuses, ou com qualquer prática religiosa. Mas, no contexto da Antiguidade, a Igreja herdou a visão antropológica judaica da heterossexualidade universal com suas interdições (LIMA, 2015, p. 176-178). Isto hoje deve ser reconsiderado.

Outra questão é a lei natural, também evocada para condenar os atos de homossexualidade. Este conceito é uma das principais referências do ensinamento moral da Igreja. O ser humano recebeu dons preciosos do Criador como o próprio corpo, a razão, a liberdade e a consciência; e aí se encontram também tudo o que a tradição filosófica chama de lei natural. Todo ser humano com consciência e responsabilidade experimenta um chamado interior para fazer o bem e evitar o mal (Rm 2,12-16). Sobre este princípio fundam-se todos os outros preceitos desta mesma lei, cuja observância corresponde à escuta da linguagem da criação. Por sua vez, a escuta da palavra de Deus contida na Sagrada Escritura leva em primeiro lugar a prezar a exigência de viver segundo a lei inscrita no coração. E Jesus Cristo, o Verbo encarnado, dá aos homens a nova lei, do evangelho, que assume e realiza de modo sublime a lei natural. Esta nova lei confere aos homens a participação na vida divina, por meio da graça, e a capacidade de superar o egoísmo (BENTO XVI, 2010, n. 9).

A Igreja reconhece, porém, que a expressão lei natural é fonte de numerosos mal-entendidos hoje. Por vezes, ela evoca simplesmente uma submissão resignada às leis físicas e biológicas da natureza, quando o ser humano busca, e com razão, dominar e orientar estes determinismos para o seu bem. Por vezes, ela é apresentada como um dado objetivo que se impõe de fora da consciência pessoal, independentemente do que elabora a própria razão e a subjetividade. Ela é suspeita de introduzir uma forma de heteronomia insuportável à dignidade da pessoa humana livre. Outras vezes também, ao longo de sua história, a teologia cristã justificou muito facilmente com a lei natural posições antropológicas que, em seguida, mostraram-se condicionadas pelo contexto histórico e cultural. Hoje, convém propor a doutrina da lei natural em termos que manifestem melhor a dimensão pessoal e existencial da vida moral (CTI, 2009, n. 10). Tudo isto deve ser levado em conta em relação aos LGBT.

Na moral sexual, uma das principais referências é o mandamento do Decálogo “não pecar contra a castidade”. Originalmente o mandamento é “não cometerás adultério” (Êx 20,14), mas a catequese cristã nele incorporou outros ensinamentos bíblicos e tradicionais relativos à sexualidade. A castidade, hoje, é definida primeiramente como a integração da sexualidade na pessoa, na sua unidade de corpo e alma (CIC, 1997, n. 2337). Esta integração, que é um caminho gradual, só pode ser bem-sucedida se a pessoa viver em paz com a própria sexualidade, amando o seu semelhante e a si mesma. Os caminhos e as condutas neste campo não podem prescindir jamais desta integração. Não se deve anular a pessoa humana e afetivamente. Na formação para o sacerdócio, por exemplo, ensina-se que o caminho formativo deve ser interrompido no caso de um candidato ter excessiva dificuldade com o celibato, “vivido como uma obrigação tão penosa a ponto de comprometer o equilíbrio afetivo e relacional” (CEC, 2007, n. 10). Esta norma é sábia. É algo que convém também aos religiosos de congregações e aos fiéis leigos, incluindo os LGBT. Não se deve viver o celibato a qualquer preço.

Com relação à complementaridade entre homem e mulher no matrimônio, esta não vale para a união entre uma pessoa homossexual e outra heterossexual. Infelizmente, por causa da homofobia presente na sociedade, muitos gays e lésbicas são pressionados a contraírem uniões heterossexuais para fugirem do preconceito. Isto acontece há séculos e traz muito sofrimento às pessoas envolvidas. É necessário pôr fim a esta situação. O sacramento do matrimônio nestas circunstâncias é inválido (CDC, 1983, Cân. 1095, nº3). Os fiéis precisam saber disto. A união heterossexual não é solução para a pessoa homossexual. Segundo o relato bíblico da criação, ao criar o ser humano, o Senhor não quis que o homem ficasse só, criou uma auxiliar que lhe correspondia e a apresentou ao homem. E o homem exclamou: “É osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada ‘humana’ (mulher) porque do homem foi tirada” (Gên 2,23). É o homem que reconhece a auxiliar que lhe corresponde e a nomeia. Não é o Senhor que a impõe ao homem. Este reconhecimento que parte do ser humano sobre a sua complementaridade não pode ser negligenciado, nem no início da criação e nem hoje.

Para uma correta leitura da linguagem da criação, desejada pela Igreja, são necessários os cuidados indicados a respeito da lei natural. É preciso evitar ressignações fisicistas, heteronomias insuportáveis e naturalizações indevidas de posições antropológicas. Convém reconsiderar alguns julgamentos sobre os estudos de gênero. O termo “teoria de gênero” é uma má tradução do inglês *gender theory*, pois *theory* não significa teoria, mas o conjunto de estudos teóricos. Os estudos de gênero são bastante heterogêneos. Às vezes eles se entrelaçam, mas outras vezes correm em paralelo sem se encontrar. Não há uma teoria unificadora contendo uma explicação abrangente. O que há é um acordo geral em considerar os complexos com-

portamentos, direta ou indiretamente concernentes à esfera sexual, como fruto de quatro dimensões diferentes, não totalmente independentes e por sua vez complexas: o sexo anatômico, a identidade de gênero, o papel de gênero e a orientação sexual. Não há uma coerência necessária entre sexo anatômico, percepção da própria identidade como masculina ou feminina, desejo e prática sexual.

Há uma perspectiva cristã de gênero propondo não renunciar à diferença entre homem e mulher e à sua importância fundamental, que tem raiz no sexo biológico e constitui o arquétipo do qual se origina a humanidade. Que não se pense nos processos sociais e culturais prescindindo inteiramente do componente biológico, da estrutura genética e neuronal do sujeito humano. Mas também que se evidencie o papel da cultura e das estruturas sociais, reconhecendo-se o mérito dos estudos de gênero em captar a relevância das vivências pessoais na definição da identidade de gênero. Isto contribui para a superação de preconceitos causadores de graves discriminações, que levaram e ainda levam à marginalização dos LGBT.

Pode-se reconhecer também que na posição da hierarquia da Igreja está o compromisso de defender a base da condição humana, que ficaria gravemente comprometida pela radical desconstrução da identidade biológica em alguns estudos de gênero. Mas não se deve evitar a revisão do conceito de natureza humana e de lei natural, que por muito tempo adquiriu conotações rigidamente físico-biológicas. A própria teologia escolástica reagiu contra o pensamento patrístico, que havia acentuado a fixidez do dado biológico por influência do dualismo platônico e neoplatônico, e do naturalismo estoico. A escolástica introduziu a atenção ao fator cultural, afirmando a especificidade da natureza humana na racionalidade, conforme a expressão de Tomás de Aquino: “*natura ut ratio*”, natureza como razão. Isto enfatiza o seu aspecto dinâmico e evolutivo.

Os estudos de gênero têm raízes no pensamento liberal, no feminismo e em autores franceses. Eles são uma provocação significativa para a consciência da riqueza da condição humana, e para se pensar a identidade a partir de uma maior consciência de si e da própria liberdade, levando-se em conta as decisões subjetivas e os estilos de vida pessoais. Assim se evita o achatamento da realidade em paradigmas universalistas, que não respeitam as diversidades individuais. A ética, bem como a moral cristã, deve fundamentar as suas orientações em bases amplas, atenta às complexas dinâmicas de comportamento ligadas aos processos estruturais e culturais da sociedade em que se vive. É preciso abrir-se a um debate sereno entre as posições delineadas, baseando-se no reconhecimento da dignidade da pessoa humana e da igualdade dos direitos, de modo a constituir uma plataforma de valores compartilhados. Este é o caminho para uma convivência em que as diferenças não sejam demonizadas ou marginalizadas, mas se traduzam em riqueza para a vida de todos (PIANA, 2015).

A história de Diego, o transexual que com sua companheira visitou o papa Francisco, não é a exaltação do individualismo, nem a busca desenfreada do prazer. Mas mostra a verdade interior da pessoa que vem à tona, na complexidade da sua condição, como acontece na vida de tantos LGBT. Com uma nova perspectiva da lei natural, a história dos LGBT assumidos e da luta por seus direitos humanos pode ser considerada não uma rebeldia contra a obra do Criador, mas um novo entendimento da linguagem da criação e das exigências de cidadania.

6 Considerações finais

A visibilização dos LGBT e sua busca de cidadania colocam para a Igreja Católica novas questões e grandes desafios pastorais. Não faltam divergências e conflitos sobre este tema. Mas também não é necessário esperar a sua resolução. Há posições e práticas já legitimadas que permitem avançar bastante. A descriminalização da homossexualidade em todo o mundo é algo que poderia ser defendido com mais vigor. O exemplo do papa Francisco recebendo em sua casa os LGBT e seus companheiros deve ser seguido. É através desta forma de acolhimento que o encontro verdadeiro se torna possível, em que as pessoas podem conhecer umas às outras sem escamotear realidades vitais, e sem deixar que o medo e o preconceito criem fantasmas.

Acolher, orientar e incluir, como diz a CNBB sobre as novas configurações familiares, é uma ponte que conduz às periferias existenciais. Não faltam à Igreja recursos teóricos e testemunhos marcantes para pregar a Palavra de Deus de maneira adaptada à realidade dos povos, a fim de que a vida em Cristo seja comunicada, as feridas sejam curadas e os corações aquecidos. A fé das pessoas de nosso tempo, sobretudo os LGBT, é colocada em perigo se Deus de algum modo for apresentado como rival do ser humano, guardião do patriarcalismo e bastião da homofobia e da transfobia. É imprescindível que O conheçam como o fundamento da igualdade entre os seres humanos, e seu aliado na liberdade responsável, na busca do amor e da felicidade.

Referências

BENTO XVI. *Discurso do papa Bento XVI à Cúria Romana por ocasião dos votos de feliz natal*. Roma, 22 dez. 2008. Disponível em: <w2.vatican.va>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. *Exortação pós-sinodal verbum domini*. Roma, 2010. Disponível em: <w2.vatican.va>. Acesso em: 19 set. 2015.

_____. Carta do santo padre Bento XVI. In: *Catecismo jovem da Igreja Católica*. São Paulo: Paulus (3ª edição), 2012. Disponível em: <http://youthcatechism.blogspot.com.br/>. Acesso em: 30 dez. 2015.

CDC: *Código de direito canônico*. Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, 1983. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 31 dez. 2015.

CDF (CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ). *Carta aos bispos da Igreja Católica sobre o atendimento pastoral das pessoas homossexuais – homosexualitatis problema*. Roma, 1986. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 26 dez. 2015.

_____. *Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais*. Roma, 2003. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 26 dez. 2015.

CEA (CONFERENCIA EPISCOPAL ALEMANA). *Respuestas de la conferencia episcopal alemana a las preguntas referentes a la recepción y profundización de la Relatio Synodi*. 20 abr. 2015. Disponível em: <sinodofamilia2015.wordpress.com>. Acesso em: 28 dez. 2015.

CEC (CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA) *Orientações para a utilização das competências psicológicas na admissão e na formação dos candidatos ao sacerdócio*. Roma, 2007. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 30 out. 2015.

CEF (CONFÉRENCE DES ÉVÊQUES DE FRANCE). *Elargir le mariage aux personnes de même sexe? Ouvrons le débat!* Paris, 2012. Disponível em: <www.eglise.catholique.fr>. Acesso em: 26 dez. 2015.

CES (CONFÉRENCE DES ÉVÊQUES SUISSES), *Note pastorale 10: position de la conférence des évêques suisses concernant la bénédiction par l'Eglise de couples homosexuels et l'engagement par l'Eglise de personnes vivant en partenariat homosexuel*. Friburgo, 2002. Disponível em: <www.eveques.ch>. Acesso em: 26 dez. 2015.

_____. *Rapport de l'Eglise catholique de Suisse sur les questions concernant les lineamenta au Synode des Evêques 2015 à Rome*. 5 mai. 2015. Disponível em : <www.eveques.ch>. Acesso em: 27 dez. 2015.

CIC: *Catecismo da Igreja Católica*. Roma, 1997. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 20 set. 2015.

Comunicado del Obispo de Cádiz y Ceuta. 1 set. 2015. Disponível em: <http://www.obispadodecadizyceuta.org/noticia/comunicado-obispo-cadiz-ceuta>. Acesso em: 27 dez. 2015.

CNBB (CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL). *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia*. Brasília, Edições CNBB, 2014.

CTI (COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL). *Em busca de uma ética universal: novo olhar sobre a lei natural*. Roma, 2009. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 20 set. 2015.

DEBERNARDO, F. *Supreme Court Marriage Equality Case Will Be Led by Catholic Gay Couple*. 21 abr. 2015. Disponível em: <newwaysministryblog.wordpress.com>. Acesso em: 31 mai. 2015.

Difesa dei diritti e ideologia. *L'Osservatore Romano*, 20 dez. 2008. Disponível em: <tuespetrus.wordpress.com>. Acesso em: 26 dez. 2015.

DV: Concílio Vaticano II: *Constituição dogmática dei verbum sobre a revelação divina*. Roma, 1965. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 26 dez. 2015.

DUPONT, G. Relator de projeto favorável ao casamento gay na França se diz confiante, apesar de sofrer ameaças. *Boletim eletrônico IHU*, 30 jan. 2013. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br>. Acesso em: 30 jan. 2013.

EG: FRANCISCO. *Exortação apostólica Evangelii Gaudium*. Roma, 2013. Disponível em: <w2.vatican.va>. Acesso em: 27 dez. 2015.

FRANCISCO. *Solenidade de pentecostes. Santa missa com os movimentos eclesiais. Homilia do santo padre Francisco*. Roma, 19 mai. 2013a. Disponível em: <w2.vatican.va>. Acesso em: 5 jun. 2015.

_____. *Encontro do santo padre com os jornalistas durante o voo de regresso do Brasil*. 28 jun. 2013b. Disponível em: <w2.vatican.va>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. *Entrevista ao papa Francisco: Pe. Antonio Spadaro*. 19 ago. 2013c. Disponível em: <w2.vatican.va>. Acesso em: 27 dez. 2015.

_____. *Carta del santo padre Francisco al gran canceller de la Pontificia Universidad Católica Argentina en el centenario de la Facultad de Teología*. Vaticano, 3 mar. 2015a. Disponível em: <w2.vatican.va>. Acesso em: 28 dez. 2015.

_____. *Audiência geral*. 15 abr. 2015b. Disponível em: <w2.vatican.va>. Acesso em: 28 dez. 2015.

_____. *Mensagem do papa Francisco ao congresso internacional de teologia junto da Pontificia Universidade Católica*. Buenos Aires, 1-3 set. 2015c. Disponível em: <w2.vatican.va>. Acesso em: 28 dez. 2015.

_____. *Discurso do Papa Francisco na conclusão da XIV Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos*. 24 out. 2015d. Disponível em: <w2.vatican.va>. Acesso em: 28 dez. 2015.

GRASSI, Y. "Em Francisco, não há espaço para a homofobia". Entrevista com Yayo Grassi, o ex-aluno gay do papa. *Boletim eletrônico IHU*, 6 out. 2015. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br>. Acesso em: 27 dez. 2015.

GS: CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição pastoral gaudium et spes sobre a Igreja no mundo actual*. Roma, 1965. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 20 set 2015.

HERNÁNDEZ, A. B. "El bendito encuentro entre Francisco y Diego". *Hoy*, 26 jan. 2015. Disponível em: <www.hoy.es>. Acesso em: 20 set 2015.

Intervenção do representante da Santa Sé. 18 dez. 2008. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 26 dez. 2015.

JESUS, J. G. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012. Disponível em: <www.sertao.ufg.br>. Acesso em: 26 dez. 2015.

LANCELLOTTI, J. *Facebook*. 9 jun. 2015. Disponível em: <www.facebook.com/AmigoseTribos>. Acesso em 28 out. 2015.

LIMA, L. C. Acolher pessoas homossexuais: o desafio da Igreja Católica. In: ____ (org.). *Teologia e sexualidade: portas abertas pelo papa Francisco*. São Paulo: Reflexão, 2015, p. 173-199.

MASIÁ, J. *Sexualidad pluriforme y pastoral inclusiva*. 4 mar. 2015a. Disponível em: <blogs.periodistadigital.com>. Acesso em: 30 dez. 2015.

____. *Sexualidad pluriforme y educación inclusiva en la vida de las iglesias*. 2015b. Disponível em: <www.cismhom.com>. Acesso em: 30 dez. 2015.

OBAMA, B. *Inaugural Address by President Barack Obama*. Washington, 21 jan. 2013. Disponível em: <www.whitehouse.gov>. Acesso em 23 dez. 2015.

PIANA, G. Sexo e gênero: para além da alternativa. *Boletim eletrônico IHU*, 16 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br>>. Acesso em: 31 dez. 2015.

SÍNODO DOS BISPOS. *Os desafios pastorais sobre a família no contexto da evangelização: documento de preparação*. Vaticano, 2013. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 21 dez. 2015.

TÉMOIGNAGE CHRÉTIEN. *Mariage pour tous, un progrès humain*. 14 dez. 2012. Disponível em: <<http://temoignagechretien.fr>>. Acesso em: 26 dez. 2015.

UR: Concílio Vaticano II. *Decreto unitatis redintegratio sobre o ecumenismo*. Roma, 1964. Disponível em: <www.vatican.va>. Acesso em: 27 dez. 2015.

USCCB (UNITED STATES CONFERENCE OF CATHOLIC BISHOPS): BISHOPS' COMMITTEE ON MARRIAGE AND FAMILY. *Always our children: a pastoral message to parents of homosexual children and suggestions for pastoral ministers*. Washington, DC, 1997. Disponível em: <www.usccb.org>. Acesso em: 26 dez. 2015.

____. *Ministry to persons with a homosexual inclination: guidelines for pastoral care*. Washington, DC, 2006. Disponível em: <www.usccb.org>. Acesso em: 26 dez. 2015.

Luis Corrêa Lima é padre jesuíta, graduado em administração pela FGV-SP (1986), em filosofia (1989) e em teologia (1994) pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), em BH. Fez mestrado em história na PUC-Rio (1999), e doutorado em história na Universidade de Brasília (2004). Atualmente é professor do Departamento de Teologia da PUC-Rio, e membro do seu programa de pós-graduação. Desenvolve pesquisa sobre história da Igreja, modernidade e diversidade sexual. Em 2015, organizou *Teologia e sexualidade: portas abertas pelo papa Francisco* (São Paulo: Reflexão).

Endereço: Departamento de Teologia — PUC-Rio.
Rua Marquês de São Vicente, 225.
22451-900 Rio de Janeiro — RJ
lclima@puc-rio.br